

A ESCOLA DE SUPERVISORES CLÍNICO-INSTITUCIONAIS:
estratégias de formação para humanização e qualificação das práticas de
atenção psicossocial¹

SCHOOL OF CLINICAL-INSTITUTIONAL SUPERVISORS: strategies for
training and qualification for practices of humanization in psychosocial care

Mércia Zeviani Brêda²
Maria Cicera dos Santos de Albuquerque³
Mara Cristina Ribeiro⁴

A ESCOLA DE SUPERVISORES CLÍNICO-INSTITUCIONAIS: estratégias de
formação para humanização e qualificação das práticas de atenção psicossocial

Resumo

A Política Nacional de Saúde Mental tem promovido significativa expansão de serviços de saúde mental no Brasil. A proposta de criação das Escolas de Supervisores Clínico-Institucionais da rede de atenção psicossocial, álcool e outras drogas, aprovada a partir da necessidade de humanizar e qualificar o cuidado prestado nestes serviços constitui-se em importante estratégia de apoio institucional na formação de supervisores. A articulação entre a Gerência de Núcleo da Saúde Mental da Secretaria Estadual da Saúde de Alagoas, a Universidade Federal de Alagoas e a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas, oportunizou a materialização da Escola de Supervisão Clínico-Institucional de Alagoas. Este artigo relata a experiência dos docentes das instituições envolvidas na realização deste projeto e aponta mecanismos de sustentabilidade e de fortalecimento enquanto dispositivo permanente de formação, de troca de experiência, circulação e produção de conhecimento.

Palavras - chave: Apoio Institucional; Saúde Mental; Formação de Recursos Humanos; Fortalecimento Institucional; Educação.

¹Texto inédito, produto do Projeto Escola de Supervisores Clínico-Institucionais de Alagoas, financiado pelo Ministério da Saúde, através da Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas oriundo da Chamada para Seleção de Projetos de "Escolas de Supervisores Clínico-Institucionais" para a Rede de Atenção Psicossocial em 2010.

² Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas/Brasil. Av. Sílvio Carlos Luna Viana, 2714/403, Ponta Verde. CEP 57.035-160, Maceió/AL – Brasil. (82) 9924-3123 e (82) 3231-3241 E-mail: merciazb@gmail.com

³Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas. E-mail: cicera.albuquerque@hotmail.com

⁴Centro de Ciências Integradoras da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. E-mail: maracrisribeiro@gmail.com

Abstract

SCHOOL OF CLINICAL-INSTITUTIONAL SUPERVISORS: strategies for training and qualification for practices of humanization in psychosocial care

The National Policy in Mental Health has promoted significant expansion of the mental health services in Brazil. The propose of creating Schools of Clinical-institutional Supervisors in psychosocial care, alcohol and other drugs network, passed out of the need to humanize and enhance the care provided by these services constitutes an important strategy for institutional support in the training of supervisors. The link between the Management Center for Mental Health (GENSAM) of the State Department of Health of Alagoas (SESAU), the Federal University of Alagoas (UFAL) and the State University of Health Sciences of Alagoas (UNCISAL) allowed the materialization of the Alagoas Clinical-institutional Supervision School. This article reports the experience of the Professors of these Universities involved in completing this project and points mechanisms of sustainability while strengthening permanent device training, exchange of experience, knowledge production and circulation.

Keywords: Institutional Support, Mental Health, Human Resources Training, Capacity Building, Education.

A ESCOLA DE SUPERVISORES CLÍNICO-INSTITUCIONAIS: estratégias de formação para humanização e qualificação das práticas de atenção psicossocial

Considerações iniciais

A supervisão clínico-institucional vem se instituindo nos serviços comunitários de saúde mental em vários estados brasileiros, trazendo contribuições teóricas e reflexões sobre as práticas de cuidado, os processos de trabalho, a gestão de serviços, a constituição da rede de atenção psicossocial, que a caracterizam como importante dispositivo para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito da saúde mental.

Estratégia incorporada emergencialmente aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pela Portaria GM 1174 de 07 de julho de 2005, que trata de incentivos financeiros e dá outras providências para o Programa de Qualificação dos CAPS, faz com que a

Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas lançou seu primeiro edital de chamada pública para a Supervisão Clínico-Institucional no ano de 2006, direcionado para a qualificação do trabalho nos CAPS.

Desde então, até o ano de 2011 foram lançados outros 06 editais, totalizando 851 projetos de supervisão aprovados e implantados em todo o território nacional. Segundo o Ministério da Saúde (Brasil, 2012) desde 2010 as chamadas para seleção de projetos têm focado supervisões para toda a rede de atenção psicossocial, inclusive para os CAPS.

Essa iniciativa e sua ampliação evidenciaram a carência de profissionais com habilidades e competência para atuar na função de supervisor, principalmente nas regiões e cidades distantes de centros formadores (Brasil, 2011), além da necessidade de qualificação dos profissionais que já atuavam neste campo.

Escola de Supervisores Clínico-Institucional de Alagoas: criação e concepção

A proposta de criação das Escolas de Supervisores Clínico-Institucionais foi aprovada no I Congresso Brasileiro de CAPS em 2004, a partir da detecção da necessidade de habilitar profissionais para essa atuação e como estratégia de apoio institucional para o enfrentamento de uma série de problemas apontados na qualificação dos serviços e formação dos profissionais. Contudo, a resposta a este desafio foi lançada apenas em 2010 quando o Ministério da Saúde publicou o primeiro edital de chamada para seleção de projetos de Escolas de Supervisores Clínico-Institucionais da rede de saúde mental, álcool e outras drogas, propondo-se financiar um projeto por estado da união.

No estado de Alagoas, para concorrer a este edital, uniram-se em interesse comum a Gerência de Núcleo da Saúde Mental (GENSAM) da Secretaria Estadual da Saúde de Alagoas (SESAU), a Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e a Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), visto que no ano de 2009 no cenário deste Estado um grupo multiprofissional, com representação também destas instituições, já vinha se reunindo em um espaço de discussão amplo sobre a necessidade de se constituir uma escola de supervisão clínico-institucional na rede de atenção psicossocial de Alagoas (Ribeiro, 2012), o edital do MS oportunizou a concretização deste desejo.

Esta Escola de Supervisão foi pensada com o objetivo de se tornar um espaço de encontros frequentes entre os supervisores dos municípios, desse modo, a sua proposta foi congregar e potencializar a atuação de seus participantes, promover a formação de um quadro de supervisores e profissionais de apoio às redes de atenção psicossocial/álcool e outras drogas em Alagoas, bem como contribuir para que estes profissionais realizassem a supervisão na perspectiva de redes que se entrelaçam com as outras redes de saúde e redes intersetoriais (Brasil, 2011).

Assim, a Escola de Supervisores Clínico-Institucional de Alagoas, que neste texto será ora denominada de Escola de Supervisão e ora de Escola, tão logo liberado o financiamento e obtida à estruturação mínima para a sua execução, iniciou suas atividades em setembro 2011.

A sua implantação e a realização das suas atividades nortearam-se pela concepção de supervisão clínico-institucional preconizada na Portaria GM 1174, na qual se afirma que supervisão clínico – institucional é:

[...] o trabalho de um profissional de saúde mental externo ao quadro de profissionais dos CAPS, com comprovada habilitação teórica e prática, que trabalhará junto à equipe do serviço durante pelo menos 4 horas por semana, no sentido de assessorar, discutir e acompanhar o trabalho realizado pela equipe, o projeto terapêutico do serviço, os projetos terapêuticos individuais dos usuários, as questões institucionais e de gestão do CAPS e outras questões relevantes para a qualidade da atenção realizada. (Brasil, 2005)

Para esta Escola o que caracteriza a supervisão como “clínico-institucional”, é que nela ocorre a discussão dos casos clínicos, em que deve sempre considerar o contexto institucional, o qual envolve o serviço, a rede, a gestão, a política pública. Há uma complexa tarefa de contextualizar permanentemente a situação clínica, levando em conta as tensões e a dinâmica da rede e do território, a dimensão existencial de um sujeito singular em um determinado território e a superação da dicotomia entre diretrizes gerais da política e a construção particular do cuidado clínico (Brasil, 2007).

Com esta compreensão esta Escola de Supervisores tornou-se, em seu primeiro momento, um espaço dinâmico de formação de novos supervisores para atuar na Rede de Atenção Psicossocial de Alagoas. Neste tempo, a Escola de Supervisão foi tomando contornos

variados, foi se constituindo no seu próprio fazer acontecer, com uma gestão participativa e compartilhada.

Compondo o grupo de “supervisores-aprendizes”

O número de supervisores clínico- institucionais atuando na rede de atenção psicossocial de Alagoas girava em torno de 05(cinco) profissionais, estes já foram prontamente convidados a integrar a Escola e destes apenas três manifestaram o desejo de participar.

Para atender outros interessados na formação de supervisor clínico-institucional, foi aberto um processo de seleção simplificado por meio de um edital público para preenchimento de 30(trinta) vagas disponibilizadas; para ser contemplado com uma das vagas, o candidato deveria corresponder aos seguintes critérios: experiência prévia em processos de supervisão clínica; título de especialista; experiência profissional e realização de projetos na área de saúde mental.

Durante a realização desta etapa de seleção pôde-se constatar ainda mais a carência de supervisão clínico- institucional nos serviços de saúde mental, bem como de profissionais capacitados para realizá-la no Estado. Com isso, tornava-se cada vez mais premente a necessidade de formar novos supervisores, articular a supervisão existente e promover a formação permanente para supervisores clínico-institucional que já atuavam na rede de atenção psicossocial local.

Nesta seleção simplificada inscreveram-se profissionais de diferentes áreas, com preponderância de psicólogos, seguidos por enfermeiros, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e médicos. A maioria atuando ou participando da gestão dos dispositivos CAPS, com vasta experiência em atenção psicossocial e nenhuma experiência em supervisão clínica e ou clínico- institucional, carecendo de conceitos nucleares para o seu desenvolvimento.

Método participativo de ensino e as diferentes aprendizagens do supervisor-aprendiz

Todas estas condições existentes impeliram a Escola a construir um método particular de ensino aprendizagem que pudesse favorecer uma supervisão clínica competente.

Com vistas a suprir tais características e necessidades identificadas nos encontros que já antecederiam o início da Escola, delinear-se temas básicos que foram discutidos em módulos teórico-vivenciais através de oficinas. Dentre estes se encontram: bases sobre relacionamento interpessoal, relação de ajuda, trabalho grupal, clínica ampliada, noção de rede e de território, mediação de conflitos, redução de danos, oficinas em saúde mental, geração de renda e inserção social.

Integrando o método utilizado houve a realização de módulos teórico-vivenciais mensais para escuta qualificada dos supervisores com troca de experiências e saberes; vivência prática da supervisão clínico institucional na Rede Estadual de Atenção Psicossocial mediada por tutoria; realização de Mesa Redonda para discussão de temas selecionados; elaboração, acompanhamento e discussão de projetos de supervisão; produção científica e elaboração de material didático sobre a experiência e; a realização da I Encontro Estadual de Supervisão Clínico-Institucional.

Somado a isso se selecionou projetos de supervisão que foram debatidos em mesas redondas, ainda proporcionaram-se trocas de experiências em rodas de conversas com profissionais que já tinham experiência na realização de supervisão cujo tema foi: “como faço a supervisão clínico-institucional”; também foi contemplado um espaço para o exercício de elaboração de projetos de supervisão numa abordagem teórico-prático.

Para se ter uma aprendizagem mais realista e problematizadora proporcionou-se práticas de supervisão, que ocorreram com o cuidado de serem distribuídas em todas as Regiões de Saúde de Alagoas, contempladas nas diversas modalidades de serviços CAPS, desse modo, alcançou-se uma cobertura de aproximadamente 60% destes serviços no Estado para o treinamento das habilidades necessárias ao supervisor na condição de aprendiz.

A Escola de Supervisão empenhou-se em desenvolver o que Ana Maria Fernandes Pitta denominou de “*supervisão-aprendiz*”, com acompanhamento tutorial. Para tanto, foram subdivididos grupos de supervisores – aprendizes respeitando-se as condições mais favorável para o contato com as realidades locais.

Este recurso psicopedagógico solicitou o envolvimento de três tutoras com experiência docente, bem como exigiu a sistematização deste aprender/fazendo, a provisão financeira de viagens intermunicipais e a articulação junto aos gestores dos serviços e dos municípios para promover seu protagonismo junto à proposta.

O acompanhamento das aprendizagens por tutoria ocorreu em grupo de 10(dez) supervisores-aprendizes em que foi considerada a forma singular dos participantes. As atividades se deram na modalidade presencial e não presencial. Os encontros presenciais ocorreram mensalmente, entre o período de setembro de 2011 a outubro de 2012, os não presenciais aconteceram com as tutoras de referência por contato telefônico e virtual.

Dentre os aprendizados relatados pelos supervisores–aprendizes na avaliação qualitativa das atividades proporcionadas pela Escola constam: o conhecimento atualizado e aprofundado da política, legislação em saúde mental no Brasil e direitos da pessoa com sofrimento psíquico; o modelo e a finalidade do trabalho em rede; as práticas e o funcionamento dos diferentes serviços CAPS no Estado; a capacidade para elaboração de projetos de supervisão clínico-institucional, a importância da escuta, do diálogo, da cooperação e articulação, bem como do engajamento das pessoas para o trabalho em equipe; o entendimento sobre redução de danos e a possibilidade de utilizá-lo na prática em saúde mental.

Considerações finais

A Escola efetivou-se como uma possibilidade concreta de suplantar o acanhado número de supervisores clínicos- institucionais atuantes em Alagoas (Ribeiro, 2012). E, também, como um novo espaço de possibilidades de circulação e produção de conhecimentos; qualificação da atenção psicossocial; desenvolvimento de tecnologias de encontros-supervisão clínico institucional; produção de crescimento humano e de competência técnica dos cuidadores.

A experiência de realização da Escola de Supervisão no decorrer dos anos de 2011 e 2012 apontou para a necessidade de sustentabilidade da mesma, tornando-a dispositivo permanente de formação, de troca de experiência e de circulação e produção de conhecimento e de uma política nacional em vias de ser efetivamente consolidada.

No entanto, como afirmam Sampaio, Guimarães e Abreu (2010, p. 257), é preciso qualificar a gestão desses novos equipamentos de saúde mental, tendo em vista o cumprimento de sua missão institucional.

Neste sentido, alguns desejos são aguardados. Em relação à responsabilidade do Poder Federal representado pelo Ministério da Saúde através da Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas: o acompanhamento sistemático da execução da Escola; o incremento de editais de supervisão clínico institucional, seguido da criação de uma política nacional consistente para este dispositivo.

Em relação à responsabilidade do Estado: o investimento continuado na formação e manutenção de um grupo de supervisores que possam dar a cobertura necessária às dezenas de CAPS de Alagoas; o envolvimento efetivo da Educação Permanente da Secretaria Estadual de Saúde; a aquisição de equipamentos e materiais, bem como a instituição de formas de subsidiar as supervisões–aprendizes e criação de uma biblioteca básica com livros, manuais e material didático produzido; definição da forma mais eficiente de gestão de projetos futuros de supervisão e; vincular diferentes instituições de diferentes setores e manter o espírito de equipe.

Em relação às Instituições de Ensino Superior envolvidas, cabe investir e aperfeiçoar a metodologia empregada para a qualificação técnica, ética, política e interrelacional capazes de promover novos modos de lidar com pessoas com transtorno mental no seu território, a exemplo disso, o método da supervisão-aprendiz e da própria tutoria e; formas possíveis de educação à distância que possibilitem a participação de mais profissionais que residem distante da capital.

A experiência “docente” de apoio institucional através da Escola de Supervisão revelou que a integração do setor saúde junto a outros setores solicita diversificação das formas de mobilização, de articulação política, de estímulo e comunicação capazes de favorecer a participação dos diferentes setores e serviços no âmbito dessas ações, que pode ocorrer através da criação de um fórum intersetorial permanente, tal como recomendado na Conferência Nacional de Saúde Mental do ano de 2010 (Sistema Único de Saúde, 2010).

Uma questão fundamental oriunda da experiência desta Escola de Supervisão é que para que o supervisor compreenda o mundo complexo e subjetivo da supervisão faz-se

necessário que ele viva a realidade dos serviços de atenção psicossocial, ciente de que supervisionar é um processo que começa, mas nunca termina, mesmo que recortado por uma temporalidade pré-estabelecida, pois a dinamicidade do cuidado provoca/induz/conduz a diversas formas elaboradas de se constituir a supervisão.

Cabe a Escola de Supervisão seguir o caminho que vai para além da informação, mas que persegue e constrói o conhecimento por diversas vias. Algo que foi marcante neste caminho foi à tomada de consciência dos participantes do seu próprio processo de aprendiz, da reflexão sobre a própria experiência de aprender e as trocas enriquecedoras e dinâmicas que se deram entre seus pares, tutoras e os atores dos CAPS na pessoa do usuário, de seus familiares e dos trabalhadores da saúde mental.

Colaboradores

As autoras trabalharam juntas em todas as etapas de produção do manuscrito.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados - 10**, ano VII, nº 10. Informativo eletrônico. Brasília: março de 2012. Disponível em: <<http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/mentaldados10.pdf>>. Acesso em 18 mar. 2013. _____ . Ministério da Saúde. **Saúde Mental em Dados - 9**, ano I, nº 9. Informativo eletrônico. Brasília: julho de 2011. Disponível em: <http://www.ccs.saude.gov.br/saudemental/pdfs/Saude_Mental_em_Dados_9.pdf> . Acesso em 25 mar. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPES. Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **Saúde Mental no SUS: as novas fronteiras da Reforma Psiquiátrica**. Relatório de Gestão 2007- 2010. Ministério da Saúde: Brasília. Janeiro de 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gestao2007_2010.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. **O ofício da supervisão e sua importância para a rede de saúde mental do SUS**. Informativo eletrônico. Brasília: dezembro de 2007. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=31355>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria nº 1174/GM de 7 de julho de 2005**. 2005. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2005/GM/GM-1174.htm>> Acesso em 18 mar. 2013.

Ribeiro M.C. **A saúde mental em Alagoas**: trajetória da construção de um novo cuidado. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Sampaio, J.J.C.; Guimarães, J.M.X.; Abreu, L.M. **Supervisão clínico-institucional e a organização da atenção psicossocial no Ceará**. São Paulo: Hucitec, 2010.

Sistema Único de Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Comissão Organizadora da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial. **Relatório Final da IV Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersetorial, 27 de junho a 1 de julho de 2010**. Brasília: Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, 2010, 210 p.